



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA PARAÍBA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
QUARTA CÂMARA CÍVEL

ACÓRDÃO

Apelação Cível nº 0002001-27.2013.815.0351

Origem : 1ª Vara da Comarca de Sapé

Relator : Juiz de Direito Convocado Gustavo Leite Urquiza

Apelante : Município de Sapé

Advogado : Rodrigo Lucas – OAB/PB nº 19.442

Apelado : Maria José Santos Barbosa de Lima

Advogado : Marcos Antônio Inácio da Silva – OAB/PB nº 4.007

APELAÇÃO. AÇÃO ORDINÁRIA DE COBRANÇA. PROFESSORA DA REDE MUNICIPAL. PROCEDÊNCIA PARCIAL. IRRESIGNAÇÃO DO ENTE MUNICIPAL. PRELIMINAR DE NULIDADE DO *DECISUM*. CABIMENTO. DEFERIMENTO DE PLEITOS DIVERSOS DO POSTULADO. DESRESPEITO AO ART. 492, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. SENTENÇA *EXTRA PETITA*. DECRETAÇÃO DE NULIDADE. CAUSA MADURA PARA JULGAMENTO. APLICAÇÃO DO ART. 1.013, § 3º, II, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. OBSERVÂNCIA AOS PRINCÍPIOS DA CELERIDADE E EFETIVIDADE PROCESSUAL. **MÉRITO. PISO SALARIAL. MAGISTÉRIO. INTEGRALIZAÇÃO ANTECIPADA. FIXAÇÃO DE VALOR SUPERIOR AO PISO NACIONAL. LEI**

MUNICIPAL Nº 1.042/2011. POSSIBILIDADE. INTELIGÊNCIA DO ART. 3º, III, § 1º, DA LEI Nº 11.738/2008. VALOR DO VENCIMENTO PROPORCIONAL À JORNADA DE TRABALHO. CARGA HORÁRIA DE 30 HORAS AULA. CABIMENTO. INTELIGÊNCIA DO § 4º, DO ART. 2º, DA LEI Nº 11.738/2008. INEXISTÊNCIA DE ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA. AUSÊNCIA DE PROVA DO EFETIVO LABOR. IRRELEVÂNCIA. ATIVIDADES INSUSCETÍVEIS DE RÍGIDO CONTROLE QUANTITATIVO POR SUA PRÓPRIA NATUREZA. INEXISTÊNCIA DE NORMA LEGAL IMPOSITIVA DESTE TIPO DE PROVA. COMPLEMENTAÇÃO DA JORNADA DEVIDA. PROCEDÊNCIA PARCIAL DA PRETENSÃO AUTORAL.

- Considera-se *extra petita* a sentença proferida fora dos limites do pedido indicado na exordial.

- De acordo com o contido no art. 1.013, § 3º, II, do Código de Processo Civil, nos casos de nulidade da sentença, o tribunal deve julgar o mérito, desde logo, se a causa estiver em condições de imediato julgamento.

- Embora a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios não possam instituir vencimento inferior ao que foi fixado pela Lei nº 11.738/2008, os referidos entes federativos podem, além de fixar valor superior para o piso do magistério, antecipar a sua atualização, consoante dispõe o art. 2º, § 1º c/c art. 3º, III, § 1º, da supramencionada legislação federal.

- O piso salarial do magistério deve ser proporcional à jornada de trabalho dos docentes, pelo que, sendo a carga horária da autora correspondente a 20 horas semanais, em sala de aula, com ações de interação com os educandos, o percentual de 1/3 do expediente laborado deverá ser destinado à atividade extraclasse, que corresponde a 10 horas, consoante o disposto no art. 2º, § 4º, da Lei Federal nº 11.738/2008, inexistindo enriquecimento sem causa da promovente, haja vista o ente municipal não adimplir corretamente a remuneração da professora, consoante a carga horária que lhe é devida.

- Restando demonstrado que o ente municipal não está o adimplindo o valor do piso do magistério de acordo com a Lei Municipal nº 1.042/2011 e com a Lei nº 11.738/08, deve ser implantado o valor do piso correto no contracheque da autora, bem ainda ser efetuado o pagamento das diferenças existentes.

VISTOS, relatados e discutidos os presentes autos.

ACORDA a Quarta Câmara Cível do Tribunal de Justiça da Paraíba, por unanimidade, dar provimento parcial à apelação para **acolher a preliminar e declarar a nulidade da sentença**, e, na mesma oportunidade, com amparo no art.1.013, § 3º, II, do Código de Processo Civil, **julgar parcialmente procedente a pretensão autoral**.

Maria José Santos Barbosa de Lima ajuizou a presente **Ação Ordinária de Cobrança**, em face do **Município de Sapé**, sob a alegação de ser professora da rede municipal desde 2000, fazendo jus ao recebimento do piso salarial nacional do magistério, criado pela Lei nº 11.738/2008,

o qual não está sendo adimplido corretamente pela edilidade. Igualmente, sustenta o não cumprimento da Lei nº 1.042/2011, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos servidores do magistério municipal, tendo em vista a Edilidade não efetuar o pagamento do vencimento básico no valor estipulado na mencionada norma. Outrossim, postula a diferença existente, relativa ao piso salarial, entre o que era pago e o que deveria ter percebido desde janeiro de 2009, sendo este valor acrescido de juros e os devidos reflexos no 13º salário, férias, recolhimentos previdenciários. A parte autora carrou aos autos a documentação de fls. 12/42.

Contestação, fls. 47/50, postulando a improcedência do pedido, sob a argumentação de que a remuneração da autora é proporcional a jornada de trabalho que exerce.

O Juiz de primeiro grau, fls. 70/79, julgou parcialmente o pedido, consignando os seguintes termos:

(...) **JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE O PEDIDO E, EM CONSEQUÊNCIA, CONDENO A PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPÉ – PB AO SEGUINTE:**

A) IMPLANTAÇÃO DO PISO NACIONAL DO MAGISTÉRIO A TÍTULO DE VENCIMENTO BÁSICO E NÃO DE REMUNERAÇÃO GLOBAL, RELATIVAMENTE À CARREIRA DO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA P1, DE FORMA INTEGRAL PARA OS PROFESSORES COM CARGA HORÁRIA DE 40 HORAS SEMANAIS E DE FORMA PROPORCIONAL PARA OS PROFESSORES COM CARGA HORÁRIA DE 25 HORAS SEMANAIS, OU ALTERNATIVAMENTE, A IMPLANTAÇÃO DO PISO MUNICIPAL ESTIPULADO NA LEI MUNICIPAL Nº 1042/2011, ACASO ESSE SE REVELE MAIOR DO QUE O PISO NACIONAL;

B) IMPLANTAÇÃO, PARA OS PROFESSORES P2 E DE SUPORTE PEDAGÓGICO, DO PERCENTUAL ATINENTE À PROPORCIONALIDADE JÁ EXISTENTE ENTRE OS VENCIMENTOS DO CARGO DE PROFESSOR P1 E OS VENCIMENTOS DOS CARGOS DE PROFESSOR P2 E DE SUPORTE PEDAGÓGICO (ART. 23 C/C ANEXO I DA LEI MUNICIPAL Nº 1042/2011);

C) IMPLANTAÇÃO, PARA TODOS OS PROFESSORES, DOS PERCENTUAIS REFERENTES AOS NÍVEIS E CLASSES EM CADA UMA DESSAS CARREIRAS (ARTS. 24 C/C ANEXOS II E III DA LEI MUNICIPAL);

D) ATUALIZAÇÃO ANUAL DOS VENCIMENTOS BÁSICOS DOS PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, NA FORMA ACIMA PRECONIZADO, DE ACORDO COM A ATUALIZAÇÃO DO PISO NACIONAL DOS PROFESSORES;

E) PAGAMENTO DAS DIFERENÇAS SALARIAIS ATINENTES ÀS IMPLANTAÇÕES ACIMA DETERMINADAS, TANTO AS VENCIDAS RETROATIVAMENTE A PARTIR DE 27 DE ABRIL DE 2011 QUANTO TAMBÉM AS VINCENDAS ATÉ A EFETIVA IMPLANTAÇÃO, tudo devidamente acrescidos de JUROS DE MORA de 0,5% ao mês, a incidir a partir da citação inicial, e de CORREÇÃO MONETÁRIA pelo INPC/IBGE, a incidir a partir de cada época própria, e TUDO A SER OBJETO DE LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA. CONDENO A PARTE RÉ AO PAGAMENTO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS ORA FIXADOS EM 15% (QUINZE POR CENTO) DO VALOR DA CONDENAÇÃO, isso à vista da existência de

sucumbência bem ainda por se tratar de demanda repetitiva.

Inconformado, o **ente municipal** interpôs **APELAÇÃO**, fls. 83/93, aduzindo, preliminarmente, a invalidade da sentença por ser *ultra petita* em razão de extrapolar os limites do pedido autoral. Sustenta que o vencimento da demandante é de 25 horas semanais, superando o piso nacional do magistério.

Contrarrazões ofertadas pela apelada, fls. 105/110, alegando o descumprimento das disposições da Lei nº 11.738/2008 e da Lei Municipal nº 1.042/2011, haja vista a Edilidade não efetuar o pagamento do piso salarial do magistério correspondente à jornada de trabalho de 30 horas semanais.

É o RELATÓRIO.

VOTO

De início, cumpre analisar a **preliminar de nulidade da sentença** suscitada pelo ente municipal, sob o argumento de que o *decisum* impugnado decidiu além do pleito exordial, de forma *ultra petita*.

É cediço que a validade da sentença está atrelada à observância do princípio da correlação com a demanda. Assim, o julgador, ao decidir a controvérsia posta em debate, deverá ater-se à pretensão formulada em juízo, sendo-lhe defeso decidir aquém (*citra*), fora (*extra*) ou além (*ultra*) do que for postulado, conforme estatuem os arts. 141 e 492, ambos do Diploma Processual Civil. Vejamos:

Art. 141. O juiz decidirá o mérito nos limites propostos pelas partes, sendo-lhe vedado conhecer de questões não suscitadas a cujo respeito a lei exige iniciativa da parte.

E,

Art. 492. É vedado ao juiz proferir decisão de natureza diversa da pedida, bem como condenar a parte em quantidade superior ou em objeto diverso do que lhe foi demandado.

Sob esse enfoque, cabe trazer à baila a doutrina de **Fredie Didier Júnior:**

Diz-se *extra petita* a decisão que (i) tem natureza diversa ou concede ao demandante coisa distinta da que foi pedida, (ii) leva em consideração fundamento de fato não suscitado por qualquer das partes, em lugar daqueles que foram efetivamente suscitados, ou (iii) atinge sujeito que não faz parte da relação jurídica processual (In. Curso de Direito Processual Civil, Vol. 2, 6ª Edição, Ed. Juspodivm, Salvador: 2011, p. 317).

Nessa senda, examinando os autos, consta da petição inicial, especificamente nos itens “f” e “g” do capítulo intitulado “DO PEDIDO”, fls. 07/08, que a autora pretende o julgamento procedente dos pleitos para:

- f) (...) que a edilidade demandada seja compelida a efetuar o pagamento de todas as diferenças salariais vencidas, desde janeiro de 2009 e vincendas, tendo como parâmetro o piso legal nacional, com as devidas correções monetárias, incidência de juros e os devidos reflexos no 13º salário, férias, recolhimentos previdenciários;
- g) que a edilidade seja compelida a efetuar o pagamento de todas as diferenças salariais, tendo

como base o Plano de Cargo, Carreira e Remuneração do município, com as devidas correções monetárias, incidência de juros e os devidos reflexos no 13º salário, férias, recolhimentos previdenciários;

Entrementes, observando os termos da sentença combatida, verifica-se que o Magistrado *a quo*, ao julgar a lide, decidiu fora dos limites traçados pela demanda, haja vista ter concedido não só a parte litigante, mas a todos os professores, indistintamente, os seguintes direitos constantes nos itens “A”, “B”, “C” e “D” da sentença:

A) IMPLANTAÇÃO DO PISO NACIONAL DO MAGISTÉRIO A TÍTULO DE VENCIMENTO BÁSICO E NÃO DE REMUNERAÇÃO GLOBAL, RELATIVAMENTE À CARREIRA DO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA P1, DE FORMA INTEGRAL PARA OS PROFESSORES COM CARGA HORÁRIA DE 40 HORAS SEMANAIS E DE FORMA PROPORCIONAL PARA OS PROFESSORES COM CARGA HORÁRIA DE 25 HORAS SEMANAIS, OU ALTERNATIVAMENTE, A IMPLANTAÇÃO DO PISO MUNICIPAL ESTIPULADO NA LEI MUNICIPAL Nº 1042/2011, ACASO ESSE SE REVELE MAIOR DO QUE O PISO NACIONAL;
B) IMPLANTAÇÃO, PARA OS PROFESSORES P2 E DE SUPORTE PEDAGÓGICO, DO PERCENTUAL ATINENTE À PROPORCIONALIDADE JÁ EXISTENTE ENTRE OS VENCIMENTOS DO CARGO DE PROFESSOR P1 E OS VENCIMENTOS DOS CARGOS DE PROFESSOR P2 E DE SUPORTE PEDAGÓGICO (ART. 23 C/C ANEXO I DA LEI MUNICIPAL Nº 1042/2011);

C) IMPLANTAÇÃO, PARA TODOS OS PROFESSORES, DOS PERCENTUAIS REFERENTES AOS NÍVEIS E CLASSES EM CADA UMA DESSAS CARREIRAS (ARTS. 24 C/C ANEXOS II E III DA LEI MUNICIPAL);
D) ATUALIZAÇÃO ANUAL DOS VENCIMENTOS BÁSICOS DOS PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, NA FORMA ACIMA PRECONIZADO, DE ACORDO COM A ATUALIZAÇÃO DO PISO NACIONAL DOS PROFESSORES;

Nesse trilhar, diante do panorama acima narrado, infere-se que a decisão hostilizada julgou fora dos limites da pretensão solicitada, sendo *extra petita*, razão pela qual sua declaração de nulidade é medida cogente.

Acerca do assunto, aresto deste Sodalício:

PROCESSUAL CIVIL. Ação Declaratória c/c repetição do indébito. Sentença. Improcedência. Irresignação do autor. Arguição de preliminar de nulidade da sentença. Julgamento *extra petita* e *citra petita*. Verificada a apreciação de pedido não formulado pelo promovente. Extrapolamento dos limites da petição inicial. Sentença “*extra*” *petita*. Decotamento. Omissão do julgamento primevo quanto à apreciação de pedido. Sentença “*citra petita*”. Nulidade da decisão. Decretação. Apreciação meritória em Segunda Instância. Possibilidade. Intellecção do [art. 1013, § 3º, do NCPC](#). Teoria causa madura. A sentença extrapolou os limites da petição inicial, mostrando-se que foi “*extra*” *petita*, como arguido pelo apelante, devendo se decotar aquilo em que a mesma se excedeu. A sentença que se omite na

apreciação de determinado pedido incorre em vício “*citra petita*”, cuja consequência é a declaração de nulidade do decisório e dos atos processuais dele dependentes. O [art. 1013 do CPC/2015](#) autoriza que o Tribunal julgue de logo a lide, desde que a causa verse exclusivamente sobre matéria de direito e esteja em condições para o imediato julgamento. É o que a doutrina costuma chamar de “Teoria da Causa Madura”. PROCESSUAL CIVIL. Ação Declaratória c/c repetição do indébito. Sentença. Improcedência. Irresignação do autor. Mérito. Cumulação de comissão de permanência com outros encargos moratórios. Verificada. Impossibilidade da cobrança cumulada. Jurisprudência do STJ. Taxa básica financeira (TBF). Inaplicabilidade. Súmula nº 287 do STJ. Provimento. O Superior Tribunal de Justiça adotou entendimento pela validade da cláusula de cobrança de comissão de permanência, devida no período de inadimplência, com base na taxa média de mercado, apurada pelo Banco Central e desde que não ultrapassada a taxa ajustada no contrato, substituindo, então, a multa moratória de 2% e juros moratórios à taxa de 1% (um por cento) a. A. Nos termos da Súmula nº 287 do Superior Tribunal de Justiça: “A Taxa Básica Financeira (TBF) não pode ser utilizada como indexador de correção monetária nos contratos bancários. ”. (TJPB; APL 0734041-28.2007.815.2001; Segunda Câmara Especializada Cível; Rel. Des. Abraham Lincoln da Cunha Ramos; DJPB 23/11/2016; Pág. 11)

Nesse panorama, sendo a decisão vergastada *extra petita*, **é de se acolher a preliminar arguida e declarar a nulidade da sentença.**

Prosseguindo, esclareço que, nos moldes do art. 1.013, § 3º, II, do Código de Processo Civil, e em observância aos princípios da celeridade e efetividade processual, passo ao exame do mérito processual, em razão da causa encontrar-se em condições de imediato julgamento.

Sendo assim, estando a causa madura para julgamento, **passo ao exame do mérito.**

O desate da controvérsia exige saber se o **Município de Sapé** está efetuando o pagamento do piso salarial do magistério nos moldes estabelecidos pela Lei Municipal nº 1.042/2011 e pela Lei Federal nº 11.738/2008.

A princípio, convém mencionar as disposições dos § 1º, § 3º e § 4º, do art. 2º, da Lei Federal nº 11.738/2008, indispensáveis ao deslinde da questão, senão vejamos:

Art. 2º. O piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica será de R\$ 950,00 (novecentos e cinquenta reais) mensais, para a formação em nível médio, na modalidade Normal, prevista no art. 62 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

§ 1º. O piso salarial profissional nacional é o valor abaixo do qual a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios não poderão fixar o vencimento inicial das Carreiras do magistério público da educação básica, para a jornada de, no máximo, 40 (quarenta) horas semanais.

(...)

§ 3º. Os vencimentos iniciais referentes às demais jornadas de trabalho serão, no mínimo, proporcionais ao valor mencionado no caput deste artigo.

§ 4º. Na composição da jornada de trabalho, observar-se-á o limite máximo de 2/3 (dois terços) da carga horária para o desempenho das atividades de interação com os educandos - negritei.

O Supremo Tribunal Federal apreciou alguns dispositivos constantes da mencionada lei, como os art. 2º, § 1º e § 4º, art. 3º, caput, II e III e art. 8º, por intermédio da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4167/DF, cuja relatoria coube ao Ministro Joaquim Barbosa, restando a seguinte ementa:

CONSTITUCIONAL. FINANCEIRO. PACTO FEDERATIVO E REPARTIÇÃO DE COMPETÊNCIA. PISO NACIONAL PARA OS PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA. CONCEITO DE PISO: VENCIMENTO OU REMUNERAÇÃO GLOBAL. RISCOS FINANCEIRO E ORÇAMENTÁRIO. JORNADA DE TRABALHO: FIXAÇÃO DO TEMPO MÍNIMO PARA DEDICAÇÃO A ATIVIDADES EXTRACLASSE EM 1/3 DA JORNADA. ARTS. 2º, §§ 1º E 4º, 3º, *CAPUT*, II E III E 8º, TODOS DA LEI 11.738/2008. CONSTITUCIONALIDADE. PERDA PARCIAL DE OBJETO.

1. Perda parcial do objeto desta ação direta de inconstitucionalidade, na medida em que o cronograma de aplicação escalonada do piso de vencimento dos professores da educação básica se exauriu (arts. 3º e 8º da Lei 11.738/2008).

2. É constitucional a norma geral federal que fixou o piso salarial dos professores do ensino médio com base no vencimento, e não na remuneração global. Competência da União para dispor sobre normas gerais relativas ao piso de vencimento dos professores da educação básica, de modo a utilizá-lo como mecanismo de fomento ao sistema educacional

e de valorização profissional, e não apenas como instrumento de proteção mínima ao trabalhador.

3. É constitucional a norma geral federal que reserva o percentual mínimo de 1/3 da carga horária dos docentes da educação básica para dedicação às atividades extraclasse. Ação direta de inconstitucionalidade julgada improcedente. Perda de objeto declarada em relação aos arts. 3º e 8º da Lei 11.738/2008. (STF. ADI 4167. Relator Ministro Joaquim Barbosa. Divulgação: DJe de 23.08.2011, p. 27).

A fim de esclarecer a matéria, impende consignar fragmento do voto do relator Ministro Joaquim Barbosa, bastante elucidativo, que vaticina:

Mantenho o entendimento já externado no julgamento da medida cautelar, para julgar compatível com a Constituição a definição da jornada de trabalho. A jornada de quarenta horas semanais tem por função compor o cálculo do valor devido a título de piso, juntamente com o parâmetro monetário de R\$ 950,00. A ausência de parâmetro de carga horária para condicionar a obrigatoriedade da adoção do valor do piso poderia levar a distorções regionais e potencializar o conflito judicial, na medida em que permitiria a escolha de cargas horárias desproporcionais ou inexequíveis. **Profissionais com carga horária diferenciada, para mais ou para menos, por óbvio, terão valores proporcionais como limite mínimo de pagamento.** - destaquei.

Após, no julgamento dos embargos de declaração, a

Corte Suprema modulou os seus efeitos, a partir de abril de 2011. Insta registrar, por conseguinte, os pontos elencados e incontroversos na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4167/DF, quais sejam: **os seus efeitos foram modulados a partir de abril de 2011; o valor do piso salarial do magistério refere-se ao vencimento do cargo, sendo proporcional à carga horária laborada.**

Pois bem. Na hipótese em apreço, conforme se depreende da leitura do art. 16, § 2º, da Lei 1.042/2011, fl. 27, e das informações constantes dos autos, a carga horária da demandante é de 25 horas, sendo 20 horas semanais em sala de aula e 5 horas destinadas à atividade extraclasse.

Dessa forma, partindo das assertivas supracitadas, consoante o disposto no art. 2º, § 4º, da Lei Federal nº 11.738/2008, verifica-se que o **Município de Sapé** não vem adimplindo corretamente o piso salarial dos professores, consoante vaticina a norma federal supracitada, bem como a Lei Municipal nº 1.042/2011 (Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério de Sapé).

Explico. Ora, se 2/3 da carga horária do profissional do Magistério deve ser com ações de interação com os educandos, em sala de aula, 1/3 do expediente laborado deve ser destinado à atividade extraclasse.

Então, se a promovente desempenha 2/3 da sua jornada de trabalho em sala de aula, no caso, 20 horas semanais, 1/3 deve ser destinada à atividade extraclasse, o que corresponde a 10 horas. Logo, o valor do vencimento da parte autora deve ser proporcional a uma jornada de 30 horas semanais.

No tocante ao valor a ser pago a título de piso salarial, esclarece-se que, embora a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios não possam instituir vencimento inferior ao que foi fixado pela Lei Federal nº 11.738/2008, os referidos entes federativos podem, além de estabelecer valor superior para o piso do magistério, antecipar a sua atualização, consoante dispõe o art. 2º, §1º c/c art. 3º, III, § 1º, da supramencionada legislação.

Nessa senda, a Lei Municipal nº 1.042/2011 estabeleceu que o valor dos vencimentos dos profissionais do magistério do município de Sapé seria superior ao piso nacional, fls. 41/42. Assim, **o vencimento da autora deve ser pago em conformidade com os valores estipulados na citada legislação municipal, observando-se uma jornada de 30 horas semanais.**

Nessa ordem de ideias, **a promovente também tem o direito de perceber as diferenças de salários eventualmente existentes desde a data de vigência da Lei Municipal nº 1.042/2011.**

Por fim, ao valor da condenação deve ser acrescidos os juros de mora e a correção monetária, aplicando-se o art. 1º-F, da Lei nº 9.494/97, com a observação da redação dada pela Lei nº 11.960/09.

Ante o exposto, **DOU PROVIMENTO PARCIAL À APELAÇÃO PARA ACOLHER A PRELIMINAR E DECLARAR A NULIDADE DA SENTENÇA**, e, na mesma oportunidade, com amparo no com amparo no art.1.013, § 3º, II, do Código de Processo Civil, **JULGAR PARCIALMENTE PROCEDENTE O PEDIDO INICIAL**, condenando o Município de Sapé a implantar, no vencimento da promovente, o piso salarial do magistério, em conformidade com os valores estabelecidos na Lei Municipal nº 1.042/2011, correspondente à proporção de 30 (trinta) horas semanais, bem como ao pagamento da diferença salarial existente, **desde a data de vigência da citada lei municipal**, até a efetiva implantação do piso correto, sendo este montante acrescido de juros de mora e correção monetária, nos moldes do art. 1º-F, da Lei nº 9.494/97, com redação dada pela Lei nº 11.960/09.

Por conseguinte, em razão da autora ter decaído em parte mínima do pedido, nos moldes do art. 86, parágrafo único, do Código de Processo Civil, condeno o ente municipal ao pagamento dos honorários advocatícios em 15% (quinze por cento) sobre o valor da condenação.

Deixo de condenar o Município de Sapé em custas processuais, ante a isenção prevista no art. 29, da Lei nº 5.672/92 (Regime de Custas e

Emolumentos do Estado da Paraíba).

É o **VOTO**.

Presidiu a sessão o Desembargador Frederico Martinho da Nóbrega Coutinho. Participaram do julgamento os Desembargadores Gustavo Leite Urquiza (Juiz de Direito convocado para substituir o Desembargador Frederico Martinho da Nóbrega Coutinho, com jurisdição limitada (Relator), João Alves da Silva e Romero Marcelo da Fonseca Oliveira.

Presente a Dra. Jacilene Nicolau Faustino Gomes, Procuradora de Justiça, representando o Ministério Público.

Sala das Sessões da Quarta Câmara Cível do Tribunal de Justiça da Paraíba, em 31 de janeiro de 2017 - data do julgamento.

Gustavo Leite Urquiza

Juiz de Direito Convocado

Relator